

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MAIRA DA SILVA LEFFA

**AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E NORMAS
ADOTADAS PELO BANCO DO BRASIL PARA O APERFEIÇOAMENTO DE
PROCESSOS, CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

CRICIÚMA

2017

MAIRA DA SILVA LEFFA

**AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E NORMAS
ADOTADAS PELO BANCO DO BRASIL PARA O APERFEIÇOAMENTO DE
PROCESSOS, CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Esp. Luciano da Rocha
Ducioni

CRICIÚMA

2017

MAIRA DA SILVA LEFFA

**AUDITORIA INTERNA: UM ESTUDO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E NORMAS
ADOTADAS PELO BANCO DO BRASIL PARA O APERFEIÇOAMENTO DE
PROCESSOS, CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Ciências
Contábeis da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa
em Auditoria, Perícia e Investigação Contábil.

Criciúma, 07 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luciano da Rocha Ducioni – Esp. - UNESC – Orientador

Prof. Valcir Mantovani – Esp. - UNESC – Examinador

Prof. Vitor Valentin Piuco Ghellere – Esp. - UNESC – Examinador

Dedico esse trabalho a minha família, especialmente aos meus pais, Noé Schwanck Leffa e Odete Magnus da Silva que não mediram esforços em investir na minha educação, aos meus irmãos Maiara e Maicon e a todos que me ajudaram a alcançar essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela vida que tem me dado, por todas as manhãs que Ele mesmo preparou para mim, por seu meu refúgio e fortaleza, pelo privilégio de ter de dado saúde, família e amigos, por ser meu mestre e por ter cuidado de mim durante este percurso, sem Ele não chegaria a lugar algum.

Agradeço aos meus pais por todo carinho, educação, amor e incentivo. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que me deram forças para prosseguir, obrigada por ser a minha referência, pelas orações e por me fazer pressupor que todas as dificuldades iam valer à pena. Pai, as palavras não conseguem expressar todo amor, carinho e respeito que sinto por você, com certeza vocês são as pessoas mais especiais do mundo!

Aos meus irmãos o meu reconhecimento, vocês são os melhores, obrigado pelo carinho e amor, obrigado por me ajudar a construir minha história, e por compreender o tempo que estive ausente para elaboração deste trabalho.

A esta Universidade, pelo ambiente agradável e por ter me proporcionado a oportunidade de formação em ensino superior. Agradeço à coordenação do curso e à todos os professores que compartilharam seus conhecimentos, em especial meu orientador Luciano da Rocha Ducioni, pela dedicação, paciência e suporte.

Aos amigos conquistados neste percurso acadêmico, especialmente meus colegas de trabalho: Suelen, Cleiton, Guilherme, Filipe e Jhonatan, na qual compartilhamos muitas alegrias, conhecimentos, dificuldades, erros, acertos e vitórias.

Por fim deixo meus agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse sonho.

“Se os sábios lhe der ouvidos, aumentará seu conhecimento, e quem tem discernimento obterá orientação.”

Provérbios 1:5

RESUMO

É notável que no mercado financeiro os investidores cada vez mais vêm exigindo maior transparência das informações, buscando um investimento mais seguro e rentável. Os controles internos são uma ferramenta de suma importância para detecção e prevenção dos riscos presente nas atividades bancárias. Veremos no decorrer deste trabalho, que as normas constituídas nos acordos de Basiléia e as resoluções do Banco Central do Brasil têm conduzido os gestores cada vez mais a aderirem às boas práticas de governança corporativa e a implementação de controles internos. Para refletir veracidade e transparência das informações, a auditoria interna é fundamental, seu trabalho possibilita a prevenção de fraudes e erros, serve para acompanhamento de planejamentos, execução e controles das atividades da organização. Neste contexto, este trabalho objetiva identificar as recomendações e normas adotadas pelo Banco do Brasil para o aperfeiçoamento de processos, controles internos e gerenciamento de riscos. Consiste em procedimentos de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, objetivos descritivos e um estudo de caso que busca analisar as normas e recomendações aplicáveis as instituições financeiras no tocante aos trabalhos de auditoria interna, bem como a descrição dos riscos inerentes a indústria bancária.

Palavras-chave: Auditoria interna, instituição financeira, riscos, controle interno.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma: Elaboração do PAINT	24
Figura 2: Fluxograma: Elaboração do RAINT	26
Figura 3: Pilares de Basiléia II	32
Figura 4: Escala cromática e tipos de respostas	50
Figura 5: Conjunto de indicadores utilizado no painel de auditoria contínua – Agências.....	51
Figura 6: Tela de detalhamento destacando presença de um <i>outlier</i>	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distinções entre erros e fraudes.....	39
Quadro 2: Eventos de Capacitação - Horas.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
Audibra	Instituto dos Auditores Internos do Brasil
AUDIN	Auditoria Interna
B3	Bolsa Balcão Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BCBS	Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia
BIS	<i>Bank for International Settlements</i>
CCSA	<i>Certification in Control Self-Assessment</i>
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da União
CIA	<i>Certified Internal Auditor</i>
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRC	Conselhos Regionais de Contabilidade
CRCSC	Conselho Regional de contabilidade de Santa Catarina
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Doc.	Documento
EAD	<i>Exposure at Default</i>
Esp.	Especialista
EUA	Estados Unidos da América
FAI	Fundamentos de Auditoria Integrada
FEI	Frequência Esperada de Inadimplência
IAIB	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibai	Instituto Brasileiro de Auditores Independentes
Ibracon	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICPB	Instituto de Contadores Públicos no Brasil
IIA	<i>Institute of Internal Auditors</i>

IN	Instrução Normativa
IQLC	Quantidade de Lançamentos Contábeis
ISC	Instituições Supremas de Controle
ISO	<i>Organization for Standardization</i> (Organização Internacional de Normalização)
IRB	Internal Ratings Based
LGD	<i>Loss Given Default</i>
M	Effective Maturity
MBA	Mestre em Administração de Negócios
Nº	Número
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OIA	Oficinas de Instrumentalização da Auditoria
p.	Página
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PD	<i>Probability of Default</i>
PDI	Perda Dada a Inadimplência
PI 01	Normas Profissionais do Auditor Interno
POPR	Parcela de Risco Operacional
PRE	Patrimônio de Referência Exigido
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
S.A	Sociedade Anônima
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SOX	<i>Sarbanes-Oxley</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TI 01	Normas de Auditoria Interna
VaR	<i>Value-at-Risk</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA.....	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AUDITORIA.....	16
2.2 EVOLUÇÃO DA AUDITORIA NO BRASIL	17
2.3 CONCEITO DE AUDITORIA	18
2.4 PRINCIPAIS ÓRGÃOS RELACIONADOS COM A AUDITORIA.....	19
2.4.1 Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade.....	19
2.4.2 Comissão de Valores Mobiliários	19
2.4.3 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.....	20
2.5 CONTROLE INTERNO	21
2.6 AUDITORIA INTERNA	22
2.6.1 Auditor Interno	23
2.6.2 Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna	23
2.6.3 Elaboração do RAIMT	25
2.6.4 Papéis de trabalho da auditoria	27
2.7 COMITÊ DA SUPERVISÃO BANCÁRIA DE BASILÉIA	30
2.7.1 Basiléia I.....	30
2.7.2 Basiléia II.....	31
2.7.2.1 <i>Pilar I</i>	32
2.7.2.2 <i>Pilar II</i>	35
2.7.2.3 <i>Pilar III</i>	36
2.7.3 Basiléia III.....	36
2.8 CONCEITO DE RISCO	37
2.9 FRAUDES E ERROS	39

2.10 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	40
2.11 BANCO CENTRAL DO BRASIL.....	41
2.11.1 Resolução BACEN nº 2.554/98.....	41
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	44
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	44
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	45
4 ESTUDO DE CASO	46
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	46
4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AUDITORIA INTERNA E ÁREAS DE ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL.....	47
4.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA DO BANCO DO BRASIL.....	48
4.4 AUDITORIA INTEGRADA DO BANCO DO BRASIL.....	49
4.5 RECOMENDAÇÕES E NORMAS SEGUIDAS PELO BANCO DO BRASIL PARA REALIZAR A AUDITORIA INTERNA	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo relata o tema e a questão problema em estudo, apresenta-se o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como a justificativa e a estrutura do trabalho.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Resultante da evolução das organizações, desenvolvimento econômico e alguns eventos comprometedores principalmente os tocantes a fraudes como o caso da *Enron*¹ nos Estados Unidos da América (EUA), houve um aumento da necessidade de confiança e credibilidade das informações da real situação patrimonial e financeira da entidade que subsidiam no planejamento, controle e tomada de decisões das empresas. Por esse motivo, a auditoria tornou-se uma ferramenta importante para o controle administrativo, visto que contribui para a apuração das informações, melhora os processos de gerenciamento de riscos, controle, governança e minimiza as probabilidades de fraudes e erros.

Segundo Crepaldi (2001) a auditoria pode ser definida como um levantamento, estudo e avaliação de transações, das demonstrações contábeis, procedimentos e operações de uma entidade, com o objetivo de assegurar a fidelidade e credibilidade de registros e relatórios, e emitir parecer sobre sua opinião pertinente à legislação aplicáveis á contabilidade.

O auditor interno não deve desenvolver atividades que possa em determinado momento vir a examinar, como por exemplo, desenvolver lançamentos contábeis para que não interfira em sua independência e que seu trabalho tenha total imparcialidade, além disso, ele não deve ser subordinado por aqueles do qual o trabalho averigua (ALMEIDA, 2010).

Entende-se, portanto que as empresas que possuem auditoria são consideradas mais transparentes, e conseqüentemente conquistam confiança das

¹ Fundada em 1985 a *Enron Corporation* foi uma grande companhia de energia americana localizada Empregava cerca de 21.000 pessoas, tendo sido uma das empresas líderes no mundo em distribuição de energia e comunicações, porém decretou falência por motivo de escândalos financeiros como manipulação de balanços e fraudes contábeis. (SILVEIRA, 2008).

partes interessadas e de investidores.

Assim como qualquer organização empresarial, as instituições financeiras estão submetidas a riscos. As operações bancárias abrangem diversos riscos para obter lucros, visto que sua natureza é de intermediação financeira entre duas partes. Como exemplo de alguns dos riscos que os bancos estão sujeitos, pode-se destacar a variação das taxas de juros e a possibilidade de alguns clientes não honrarem os compromissos assumidos com a entidade, como exemplo o não pagamento de empréstimos e financiamentos. Compreende-se, portanto, que os principais riscos no setor bancário são os riscos de crédito, o risco de mercado e o risco de liquidez.

É admissível se ponderar que na indústria bancária os administradores atribuem mais valor à auditoria pelo fato de subsidiar na identificação de estratégias, possíveis deficiências de procedimentos, confidencialidade e cumprimentos éticos aos *stakeholders*².

Neste contexto, aponta-se a seguinte questão problema: Quais as recomendações e normas adotadas pelo Banco do Brasil para o aperfeiçoamento de processos, controles internos e gerenciamento de riscos na auditoria interna?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa consiste em identificar as recomendações e normas adotadas pelo Banco do Brasil para o aperfeiçoamento de processos, controles internos e gerenciamento de riscos na auditoria interna. Para atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar o método adotado pelo Banco do Brasil para o aprimoramento da auditoria interna;
- Verificar aspectos sobre a estrutura da auditoria interna do Banco do Brasil;
- Apontar normas e recomendações de atividades financeiras que o banco segue para a realização da auditoria interna.

² *Stakeholders* podem ser definidos como “grupos de interesse com certa legitimidade que exercem influência junto às empresas e que pressionam proprietários, acionistas e gestores, intervindo, de alguma forma, nas direções da organização” (OLIVEIRA, 2008b p. 94).

1.3 JUSTIFICATIVA

É imprescindível o trabalho de auditoria interna dentro de uma organização. A auditoria desempenha um papel de ampla relevância para o bom funcionamento e controle das rotinas e procedimentos internos das empresas. É constatado que após os escândalos corporativos e manipulação de informações contábeis foram criadas novas leis para evitar a insegurança dos investidores no mercado, como exemplo, temos a lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), promulgada em julho de 2002 nos EUA.

De acordo com Souza e Vicente (2010) a lei SOX se aplica a todas as empresas que tenham ações na SEC (*Securities and Exchange Commission*) uma agência federal americana similar a CVM brasileira.

Entre os pontos que justificam a relevância deste estudo, podem-se ressaltar os indícios de auditoria obtidos nas instituições financeiras em relação aos demais segmentos empresariais, entende-se que há uma grande diferença pelo fato de todas as operações exercidas nos bancos serem rigorosamente regulamentadas e monitoradas por agências reguladoras ou bancos centrais.

As normas de fiscalização brasileiras são seguidas de acordo com o Comitê de Basileia (BCBS), regulador das atividades financeiras mundial na qual estabelece que os bancos tenham recursos suficientes para assumir os riscos de crédito que estão sujeitos.

O BB tem procurado melhorar sua governança corporativa a fim de assegurar maior transparência em sua gestão, promover prestação de contas aos acionistas e investidores e o desenvolvimento dos negócios por meio de ferramentas que alinham o comportamento dos executivos, para não tomar nenhuma decisão que possa suprir somente seus interesses ou o da sociedade em geral.

Desde 2006, o BB integra o Novo Mercado da BM&FBovespa³, nível máximo de governança corporativa, ou seja, as empresas que aderem esse nível estão sujeitas as mais rigorosas práticas de governança corporativa.

Em 2010, foi implantado no BB um projeto que visa atender a lei *Sarbanes-Oxley*. Além disso o banco também está em constantes mudanças para

³ Com a aprovação da fusão com a Cetip, a BM&FBovespa vai passar a adotar o nome de B3, Bolsa Balcão Brasil (VEJA, 2017).

atender o Comitê de Basiléia.

Segundo a revista Diários Associados (2016) o presidente do BB Paulo Cafarelli disse que seria importante para o BB fazer uma nova reestruturação, como encerrar agências e plano de aposentadoria incentivada a funcionários, para conseguir alcançar 9,5% de capital principal em janeiro de 2019. O índice é uma nova exigência das regras de Basiléia III.

Enfim, espera-se como resultado possível da pesquisa apresentar os processos de gerenciamento de riscos operacionais e o funcionamento da estrutura que a auditoria interna avalia, e a política aprovada e revisada anualmente pelo Conselho de Administração, que visa garantia da execução de modelos de gestão de riscos, bem como os estabelecidos na Basiléia, e os exigidos da Resolução CMN nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil.

Quanto a suas finalidades o estudo se instrui nos preceitos de BCBS, de que o mercado financeiro e o requerimento de transparência, informações claras e confiáveis sustentada por auditorias de qualidade são fundamentais para elevar a confiança no mercado. Assim para o bom funcionamento do sistema financeiro, é imprescindível o conhecimento dos fatores que podem determinar uma suprema auditoria, contribuindo para o equilíbrio e estabilidade da empresa.

Justifica-se a relevância deste trabalho para os contadores, como uma forma de aprender e se aperfeiçoar ao modelo de auditoria em instituições financeiras especificamente do Banco do Brasil, buscando novos métodos de trabalhos para atender as necessidades e requisitos dos mesmos. Para os gestores do Banco, a fixação de que a auditoria e os procedimentos internos são de suma importância para o crescimento da organização, evidenciando possíveis irregularidades, que consequentemente sustenta uma gestão segura na tomada de decisões, por meio dos conselhos e resultados obtidos na auditoria.

Em relação à exequibilidade, as informações para elaboração deste trabalho são obtidas por meio dos relatórios de auditoria divulgados pelo Banco do Brasil aos acionistas, proporcionando um aprendizado para a pesquisadora, e demonstrando para os demais leitores de forma mais clara, quais são os processos de auditorias aplicados nas instituições financeiras.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Após o segmento introdutório com a textualização do tema, a questão de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa de relevância de pesquisa, este estudo contempla: A fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, estudo de caso, e considerações finais. A fundamentação teórica reúne a emenda da literatura com estudos teóricos e empíricos sobre a auditoria interna e controles internos. Em seguida apresentam-se os processos metodológicos com os objetivos e estratégias de pesquisa. Posteriormente são apresentadas as considerações finais de estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão abordadas definições teóricas sobre auditoria interna e controles internos evidenciando seus conceitos, fundamentos, objetivos, normas e os principais órgãos relacionados à auditoria.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AUDITORIA

A auditoria surgiu devido à necessidade de verificar a originalidade dos fatos econômico-financeiros e de controlar os registros contábeis.

Com a expansão do mercado, as empresas passaram a ampliar as suas instalações administrativas e fabris, começaram a investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar seus controles internos a fim de reduzir custos. Entretanto para colocar em ação essas mudanças, as empresas sentiram a necessidade de captar recursos de terceiros, como por exemplo, empréstimos bancários, emissão de debêntures, ou até mesmo de abrir seu capital para novos acionistas. Todavia, esses futuros investidores careciam conhecer a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como a capacidade de gerar lucros. Essas informações se tornavam relevantes para os investidores, pois conseguiam avaliar a segurança, liquidez e rentabilidade de seu futuro investimento ou até mesmo ocasionais riscos de créditos (ALMEIDA, 2010).

A contabilidade é um sistema de informação indispensável para a gestão empresarial. Como os futuros investidores desejavam comprovar as demonstrações contábeis da empresa, tais como Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, eles então passaram a exigir que um profissional independente examinasse as demonstrações contábeis e emitisse uma opinião sobre as mesmas. Neste contexto surgiu o auditor externo ou auditor independente (ALMEIDA, 2010).

Segundo Crepaldi (2000) a auditoria surgiu primeiramente na Inglaterra, que era considerada uma controladora do comércio mundial pelo fato de possuir grandes companhias de comércio, e a primeira a instituir a taxa do imposto de renda com base nos lucros da empresa. Além disso, desde 1314, já se realizava no país

auditoria das contas públicas. Seu registro como profissão, entretanto, ocorreu por volta do século XIX, pois somente na metade deste século surgiram as primeiras associações de Contadores Públicos e profissionais que exerciam as funções de auditor (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1979).

Para Attie (2011) foi a partir da criação do SEC em 1934, nos Estados Unidos da América, que a profissão do auditor assumiu importância, visto que a bolsa de Valores de Nova Iorque passou a exigir das sociedades empresárias que transacionavam ações na bolsa a se utilizarem dos serviços de auditoria para aumentar a credibilidade em relação às demonstrações contábeis.

Assim, compreende-se que a auditoria surgiu com o propósito de avaliar e investigar os resultados das demonstrações contábeis da entidade, visando à certificação de veracidade e exatidão das mesmas.

2.2 EVOLUÇÃO DA AUDITORIA NO BRASIL

A auditoria no Brasil se iniciou primeiramente com a instalação de filiais de empresas internacionais que adotavam os serviços de auditoria independente.

Segundo Attie (2011, p. 9) as principais intervenções para o desenvolvimento da auditoria no Brasil foram:

- a) Filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras;
- b) Financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais;
- c) Crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas;
- d) Evolução do mercado de capitais;
- e) Criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972; e
- f) Criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades por Ações em 1976.

A expressão “auditores independentes” foi mencionada pela primeira vez na legislação brasileira em 1965, na Lei nº 4.728 que disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para o seu desenvolvimento. Posteriormente, o Banco Central do Brasil (BACEN) constituiu vários regulamentos, tornando então obrigatória a auditoria externa ou independente em praticamente todas as entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e companhias abertas. O BACEN

estabeleceu ainda, por intermédio da Circular nº 179 de 11 de maio de 1972 as normas gerais de auditoria (ALMEIDA, 2010).

Ainda segundo Almeida (2010) é importante frisar que as normas e procedimentos de auditoria elaborados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB), atualmente nominado IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) foram aprovados pela Resolução nº 321/72 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 1976, a Lei da Sociedade por Ações (Lei 6.404/76) determinou em seu art. 177, §3º que as companhias abertas, além de observarem as normas expedidas pela CVM em relação às demonstrações financeiras, passariam a ser obrigatoriamente auditadas por auditores independentes que estiverem registrados na CVM. Além disso, ao longo desses anos, o CFC instituiu várias normas específicas em relação à auditoria interna e externa.

2.3 CONCEITO DE AUDITORIA

A auditoria é definida como uma revisão da situação financeira e de registros administrativos de uma entidade. Tem como objetivo visar à credibilidade das informações divulgadas e detectar possíveis existências de falhas no controle, irregularidade de gestão ou até mesmo de fraudes.

A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. Consiste em controlar as áreas-chaves nas empresas a fim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, por meio de testes regulares nos controles internos específicos de cada organização (CREPALDI, 2000, p. 27).

O objetivo do exame das demonstrações contábeis segundo Crepaldi (2011) é expor uma opinião sobre a situação patrimonial e financeira da entidade, bem como as demonstrações financeiras, garantindo que estas estão representadas adequadamente, e que seus resultados de origens e aplicações financeiras estejam de acordo com as normas de contabilidade, aplicados com igualdade durante os períodos.

2.4 PRINCIPAIS ÓRGÃOS RELACIONADOS COM A AUDITORIA

Para Almeida (2010) os principais órgãos relacionados com auditores são a CVM, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), o CFC, os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) e o Instituto dos Auditores Internos no Brasil (AUDIBRA).

2.4.1 Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade

O CFC e os CRCs foram criados em 27 de maio de 1946, pelo Decreto Lei nº 9.295. A finalidade é o registro e a fiscalização do exercício da profissão de contador, além de estabelecerem normas e princípios a serem seguidos por profissionais da contabilidade (ALMEIDA, 2010).

São nesses conselhos que os profissionais, após concluir o curso de Ciências Contábeis na universidade, registram-se na categoria de contador.

O Conselho Regional de Contabilidade Santa Catarina (CRCSC) atua junto aos profissionais da contabilidade, organizações contábeis, empresas de auditoria, peritos contábeis, principalmente de forma preventiva e orientativa. O CRCSC, também como decorrência de lei, investe-se de autoridade administrativa para julgar, tanto no aspecto disciplinar, quanto no ético, todos os profissionais da contabilidade que entram em confronto com as normas pertinentes e, da mesma forma, representar às autoridades competentes quanto a fatos que não sejam da sua alçada de decisão. (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE, [201-], p. 1 e 2).

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade ([201-]) o CFC é regulamentado pela Resolução nº 1.370/11, que aprova o Regulamento Geral dos Conselheiros de Contabilidade. Sua principal finalidade é orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, mediante os CRCs.

Ressalta-se que desde 2011, os profissionais da área contábil estão obrigados a realizar o Exame de Suficiência. A nova exigência foi autorizada por meio da Lei 12.240/10, regulada atualmente pela resolução CFC N.º 1.373/2011.

2.4.2 Comissão de Valores Mobiliários

A CVM, criada pela Lei nº 6.385/76, vinculada ao Ministério da Fazenda, é uma entidade autárquica em regime especial, sem subordinação hierárquica.

Para Almeida (2010) a CVM tem a finalidade de disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários e funciona como um órgão fiscalizador do mercado de capitais no Brasil. Vale salientar que para exercer as atividades de auditoria em companhias abertas e instituições que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários o auditor externo ou independente deverá estar submetido ao registro na CVM.

A Instrução nº 308/99 da CVM trata sobre o registro de auditor independente nos quais compreende duas categorias: Pessoa física e pessoa jurídica. A CVM é o órgão supremo em valores mobiliários, controla todo movimento de mercado de ações onde estão envolvidas sociedades anônimas, bolsa de valores, corretoras, etc. Além disso, uma de suas atribuições é fiscalizar e instruir o trabalho dos auditores independentes, consultores e analistas de valores mobiliários.

2.4.3 Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

O IBRACON é uma organização brasileira constituída em 03 de dezembro de 1971. Surgiu com a união do Instituto de Contadores Públicos no Brasil (ICPB) e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBAI) que reuniam contadores na qual trabalhavam com auditoria independente.

Para Almeida (2010) o IBRACON surgiu com o objetivo de concentrar um único órgão para profissionais auditores, contadores com atuação em todas as áreas e estudantes de Ciências Contábeis. Foi reconhecido por órgãos reguladores como a CVM, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o BACEN. A integridade deste trabalho serve como sustentação para cumprimento das normas que cada uma destas entidades emite.

2.4.4 Instituto dos Auditores Internos do Brasil

O AUDIBRA foi fundado em 20 de novembro de 1960, é uma sociedade civil de direito privado e não tem fins lucrativos. Sua finalidade consiste em proporcionar aos participantes, auditores internos em início da carreira profissional, o

conhecimento básico para o desempenho da atividade de auditoria interna por meio de conteúdos práticos e teóricos pertinentes a matéria.

Seu objetivo principal é promover o desenvolvimento da auditoria interna, por meio de reuniões, conferências, intercâmbio com outras instituições, congressos e divulgação a terceiros sobre a importância da auditoria interna (ALMEIDA, 2010).

O Instituto desde 1998 é filiado ao *Institute of Internal Auditors* (IIA) entidade que se tornou internacional em 2002. Por meio desta parceria, foi possível o Audibra aplicar exames para as certificações *Certified Internal Auditor*⁴ (CIA) e o *Certification in Control Self-Assessment*⁵ (CCSA).

2.5 CONTROLE INTERNO

As normas de auditoria estabelecem que o auditor deve avaliar o sistema de controle interno da entidade auditada com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria.

O controle interno representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas que tem como objetivo proteger os ativos, elaborar dados contábeis confiáveis e auxiliar a administração no gerenciamento dos negócios da empresa (CREPALDI, 2000).

Para Almeida (2010, p. 42) são exemplos de controles contábeis: “Sistemas de conferência, aprovação e autorização; Segregação de funções (pessoas que tem acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa); Controles físicos sobre ativos; Auditoria interna.”

São exemplos de controles administrativos:

Análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos; Controle de qualidade; Treinamento de pessoal; Estudos de tempos e movimentos; Análise das variações entre os valores orçados e os incorridos; Controle dos

⁴ CIA é uma etapa importante na carreira do Auditor Interno para a obtenção de uma credencial de reconhecimento internacional. O sucesso neste Exame confere ganhos de qualidade tanto para o profissional como para as estruturas de Auditoria Interna (INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS NO BRASIL, 2011).

⁵ CCSA é um título conferido aos especialistas na prática de auto-avaliação de controles, atestando seus conhecimentos sobre a metodologia utilizada para avaliar o alcance e os objetivos empresariais, os riscos envolvidos nesse processo, bem como a efetividade dos controles internos estabelecidos para minimizar riscos (INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS NO BRASIL, 2011).

compromissos assumidos, mais ainda não realizados economicamente (ALMEIDA, 2010, p. 42).

Vale ressaltar que a administração da empresa é responsável pela fixação do sistema de controles internos, verificando seu cumprimento pelos funcionários e por seu remanejamento, visando adaptá-los as novas situações que possam surgir.

2.6 AUDITORIA INTERNA

O objetivo da auditoria interna é desenvolver um plano de ação para assessorar a empresa a atingir suas metas, adotando métodos de avaliação para prevenção de fraudes e erros e aperfeiçoar o processo de gerenciamento.

Segundo o *The Institute of Internal Auditors* (2009) representado no Brasil por meio do IIA Brasil ⁶, a auditoria interna é uma atividade independente de segurança destinada a ampliar valor e a melhorar as operações de uma organização. Por meio de uma abordagem sistemática e disciplina, a auditoria interna ajuda a organização atingir seus objetivos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos, avaliação, controle e governança.

De acordo com Glossário de Termos Comuns das Instituições Supremas de Controle (ISC) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (2002) a auditoria interna é um serviço interno de uma empresa encarregado pela direção para realizar investigações e avaliar os sistemas e procedimentos da entidade a fim de minimizar as probabilidades de fraudes, erros ou práticas ineficazes.

Para garantir sua eficiência, a auditoria interna deve ser independente da organização e reporta-se diretamente ao CEO (*Chief Executive Officer*) ou ao conselho de administração, para as empresas que não possuem o conselho de administração, a auditoria interna reporta-se então aos sócios.

⁶ É uma entidade sem fins econômicos, de caráter Associação Civil, que presta serviços de formação, capacitação e certificação para seus associados (pessoa física). Fundado em 20 de novembro de 1960 e com sede em São Paulo/SP, atualmente, está entre os cinco maiores em atuação no mundo dentre os afiliados do IIA Global (*The Institute of Internal Auditors*), sediado nos Estados Unidos. (IIA BRASIL, 2017).

2.6.1 Auditor Interno

O auditor interno deve desenvolver adequadamente suas responsabilidades já que prestará informações indispensáveis para a gestão empresarial, fornecendo análises e comentários a respeito das atividades examinadas, ou seja, o auditor interno de forma independente analisa os riscos e controles dos processos organizacionais.

Dias (2015) afirma que o auditor interno é um colaborador da entidade, que desempenha função de verificar a conformidade dos controles internos em relação aos procedimentos definidos pela organização e indicam as práticas disciplinadoras para o desenvolvimento de suas possíveis melhorias.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TI 01 (Normas de Auditoria Interna) e NBC PI 01 (Normas Profissionais do Auditor Interno), o auditor interno deve ter muito cuidado e zelo na realização dos trabalhos e nas apresentações de conclusão em seu parecer. Suas responsabilidades estão limitadas a sua área de atuação. Além disso, cabe ao auditor interno prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou a Órgãos equivalentes quando solicitado.

Ainda segundo a NBC TI 01 e NBC PI 01 o auditor interno deve respeitar o sigilo das informações obtidas durante seu trabalho, em modo nenhum poderá divulgar tais informações a terceiros sem autorização expressa da entidade em que atua. Deverá guardar sigilo das informações até mesmo depois que seu vínculo empregatício terminar. Quando previamente determinado pela administração, o auditor interno deverá apresentar seus papéis de trabalho ao auditor independente e entregar-lhe cópias caso seja necessário.

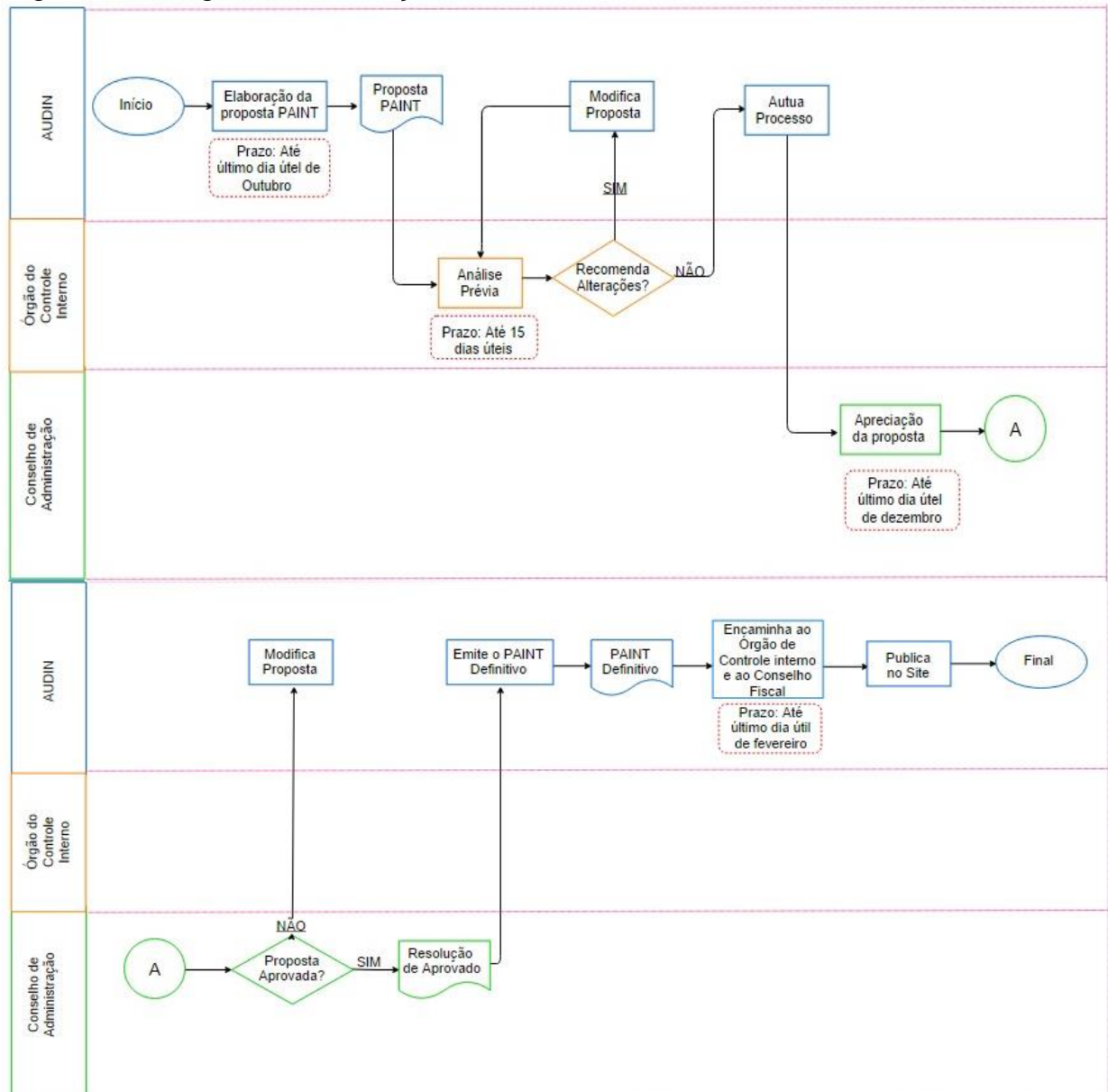
Dentre as atividades que o auditor interno realiza no âmbito das instituições financeiras, podem-se citar a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), a elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), o encaminhamento de relatório de auditoria preliminar e o encaminhamento de relatório de auditoria final.

2.6.2 Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna

O PAINT é um documento que contém o planejamento das atividades de auditoria interna que serão desenvolvidos no período de um ano da empresa. Destaca-se que as entidades que devem elaborar e apresentar este documento, são as unidades de auditoria interna da administração pública federal direta ou indireta.

A figura 1 apresenta o fluxograma da elaboração do PAINT.

Figura 1: Fluxograma: Elaboração do PAINT



Fonte: Adaptado de Brasil (2015).

O PAINT tem como objetivo analisar riscos e atingir os objetivos da entidade. Deve ser elaborado em consonância com as orientações procedentes da

Instrução Normativa (IN) nº 24/2015 da Controladoria-Geral da União (CGU) seguida das instruções normativas do Órgão Central ⁷ e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal ⁸.

O PAINT é elaborado pela auditoria interna da entidade com o propósito de definir temas a serem executados no exercício seguinte, e objetiva ordenar as atividades que serão desenvolvidas durante todo o ano. Em sua elaboração devem ser considerados o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o programa de integridade, os gerenciamento de riscos corporativos, os planos, as metas e as políticas da entidade. O prazo para análise prévia da proposta do PAINT deve ser submetido até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução (BRASIL, 2015).

Ainda segundo a IN nº 24 da CGU (2015) o órgão do controle interno deverá encaminhar sugestões do PAINT a auditoria interna da empresa no prazo máximo de 15 dias úteis. Cabe ao conselho de administração aprovar o PAINT. O prazo para aprovação será até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução. O PAINT aprovado será encaminhado ao Conselho Fiscal e ao Órgão de Controle Interno para atribuições até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício a que se aplica.

Neste contexto, conclui-se que a elaboração do PAINT é complexa, visto que são atribuídos prazos definidos pela IN da CGU para análise, aprovação e entrega. Portanto, o planejamento deve ser elaborado de forma diligente, para assim alcançar o objetivo principal, eliminando qualquer tipo de riscos que possam surgir.

2.6.3 Elaboração do RAIN

Assim como o PAINT, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna deve ser elaborado segundo as orientações previstas na Instrução Normativa nº 24/2015 da Controladoria-Geral da União. O RAIN é um documento formal onde

⁷ Incumbido de normatizar e coordenar a ação dos outros órgãos que compõe o sistema (TESOURO NACIONAL, 2017).

⁸ Compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizado como instrumento a auditoria e a fiscalização (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL, Art. 19 da Lei Nº 10.180/2001).

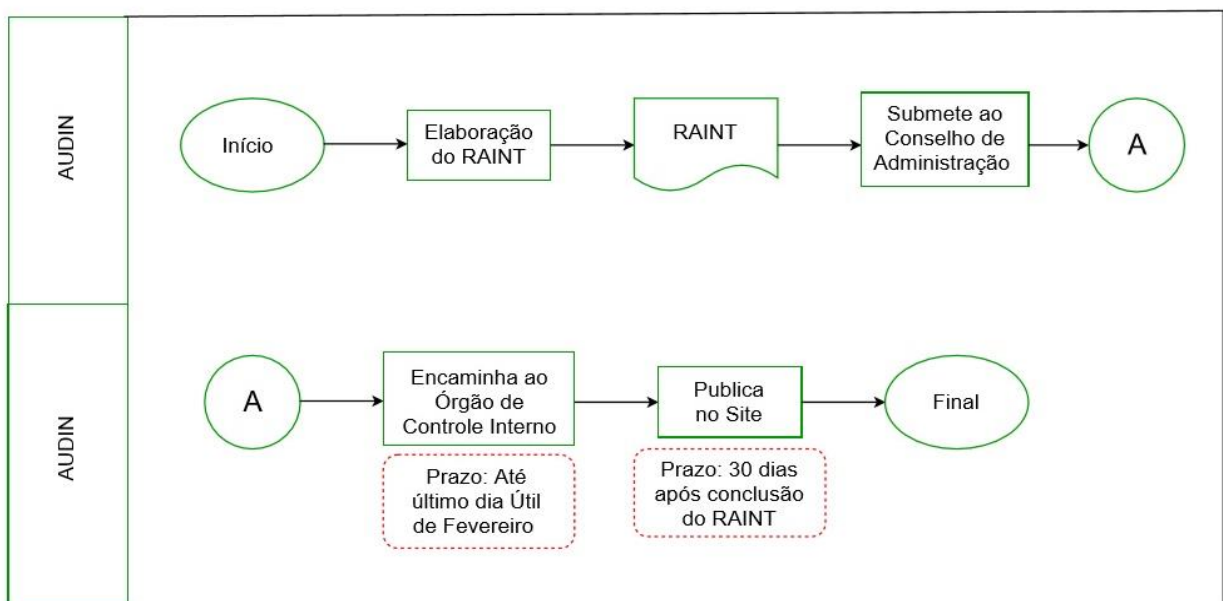
são demonstradas as atividades de auditoria interna executadas em funções das condutas planejadas no PAINT.

De acordo com o art. 15 da IN nº 24 da CGU, o RAINT deverá conter no mínimo:

- I - descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINT;
- II – análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes;
- III - descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, indicando sua motivação e seus resultados;
- IV – relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão;
- V - descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias;
- VI – descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados;
- VII - quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINT, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor; e
- VIII – descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício (BRASIL, 2015).

A figura 2 demonstra o fluxograma da elaboração do RAINT.

Figura 2: Fluxograma: Elaboração do RAINT



Fonte: Adaptado de Brasil (2015).

Segundo a IN nº 24 da CGU o RAINT deve ser apreciado pelo Conselho de Administração e em seguida ser concedido aos órgãos de controle interno até o último dia útil de fevereiro de cada ano. Após 30 (trinta) dias da sua conclusão a entidade deverá publicar o RAINT no *site* da empresa em local de fácil acesso pelos órgãos e cidadãos interessados.

Conforme apresentada a figura 2, conclui-se que o RAINT é o documento que contém os resultados da auditoria interna planejadas no PAINT. Visa aprimorar a elaboração e supervisão da execução de ações na Administração Pública Federal.

2.6.4 Papéis de trabalho da auditoria

Os papéis de trabalho são os registros permanentes dos serviços executados pelo auditor, constituído sobre os procedimentos utilizados, os testes efetuados, as informações obtidas e conclusões relacionadas ao seu exame.

Para Jund (2001) os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhes suficientes para possibilitar a compreensão da auditoria executada, ou seja, precisam ser auto-suficientes e não devem carecer de explicações verbais adicionais. Além disso, os papéis de trabalho devem integrar-se da documentação do planejamento, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria, bem como as conclusões e julgamentos alcançados pelo auditor.

Ainda segundo Jund (2011) é dever do auditor provar que a auditoria foi executada de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, para isso é de suma importância o auditor documentar todas as questões consideradas importantes para proporcionar evidência, visando fundamentar sua opinião.

Almeida (2010, p. 67 e 68) diz que os principais objetivos dos papéis de trabalho da auditoria interna são:

- Atender as normas de auditoria geralmente aceitas;
- Acumular as provas necessárias para suportar o parecer do auditor;
- Auxiliar o auditor durante a execução de seu trabalho;
- Facilitar a revisão por parte do auditor responsável, para que ele se assegure de que o serviço foi efetuado de forma correta;
- Servir como base para avaliação dos auditores;

- Ajudar no trabalho da próxima auditoria (um conjunto de papéis bem preparado serve de guia na auditoria do outro exercício social, concorrendo para que ela seja conduzida de forma mais eficiente);
- Representar na Justiça (no caso de ser movida uma ação contra o auditor ou a firma de auditoria) as evidências do trabalho executado.

Ainda segundo Almeida (2010) vale destacar que os papéis de trabalho em última análise contemplam as características dos auditores que os elaboram como exemplo, o bom-censo, capacidade de nitidez, clareza e organização, boa redação, graus de conhecimento de contabilidade, auditoria e impostos, dentre outros.

De acordo com a NBC TI 01 da Auditoria Interna, o planejamento do trabalho de auditoria interna compreende os exames prévios da organização para definir a abrangência do trabalho a ser realizado conforme as instruções estabelecidas pela administração. É importante destacar que o planejamento deve considerar todos os fatos relevantes na execução dos trabalhos, principalmente os seguintes:

- a) o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;
- b) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;
- c) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;
- d) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna;
- e) o uso do trabalho de especialistas;
- f) os riscos de auditoria quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;
- g) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
- h) as orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos; e
- i) o conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade (NBC TI 01 DE AUDITORIA INTERNA, ITEM 12.2.1.2).

Ainda em conformidade com a NBC TI 01, é dever do auditor documentar seu planejamento e registrar por escrito o plano de trabalho, contendo o máximo de informações detalhadas para compreensão dos procedimentos que serão aplicados em termos de natureza, oportunidade e extensão.

No que concerne aos procedimentos da auditoria interna, a NBC TI 01 expressa que o auditor interno deve obter analisar, interpretar e documentar as informações fiscais, contábeis, financeiras e operacionais para dar suporte aos

resultados de seu trabalho. Os processos de avaliação das demonstrações contábeis consistem:

- I – a obtenção de informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna, devendo ser observado que:
 - a) a informação suficiente é aquela que é factual e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno;
 - b) a informação adequada é aquela que, sendo confiável, propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna;
 - c) a informação relevante é a que dá suporte às conclusões e às recomendações da Auditoria Interna;
 - d) a informação útil é a que auxilia a entidade a atingir suas metas.
- II – a avaliação da efetividade das informações obtidas, mediante a aplicação de procedimentos da Auditoria Interna, incluindo testes substantivos, se as circunstâncias assim o exigirem (NBC TI 01, ITEM 12.2.3.5).

Por fim, a NBC TI 01 destaca que o auditor interno deve documentar por meio de papéis de trabalho todos os elementos significativos dos exames executados para demonstrar que a auditoria interna foi executada conforme as normas aplicáveis. Além disso, os papéis de trabalho devem conter abrangência e grau de detalhes suficientes para conceder a compreensão do planejamento dos procedimentos da auditoria, e devem ser elaborados, organizados e arquivados de maneira sistemática e racional.

Segundo Almeida (2010) os tipos de papéis de trabalho utilizado pelos auditores são: Programa de auditoria, papéis elaborados pelo auditor e outros papéis de trabalho.

Almeida (2010) afirma que os programas de auditoria são divididos essencialmente em três partes: enumeração dos procedimentos de auditoria, espaço para assinatura do auditor (que visa ressaltar que o serviço foi feito e por quem fez) e espaço para comentários, observações, referências, contribuições etc. Entende-se que os principais objetivos dos programas de auditoria são de demonstrar por escrito a política da firma de auditoria, padronizar os procedimentos de auditoria dos profissionais de uma mesma organização, melhorar a qualidade de auditoria e evitar que sejam omitidos procedimentos importantes de auditoria.

Considera-se que os papéis de trabalho são relevantes para a empresa, visto que possibilita o registro do trabalho de auditoria executado, uma vez que são elaborados à medida que o auditor examina as contas da contabilidade.

2.7 COMITÊ DA SUPERVISÃO BANCÁRIA DE BASILÉIA

O Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia (*Basel Committee on Banking Supervision* – BCBS) foi criado em 1975 em Basiléia na Suíça. É ligado ao *Bank for International Settlements* (BIS) organização internacional fundada em 1930 que promove a cooperação entre os bancos centrais e outras agências buscando a instabilidade monetária e financeira.

Segundo o Banco Central do Brasil ([201-]) o BCBS funciona como um fórum mundial para debate e contribuições em assuntos relacionados à indústria bancária. Seu objetivo constitui-se em reforçar a regularização, a supervisão e as melhores práticas do mercado financeiro, contribuindo para a redução de riscos de créditos.

Em busca de proteção e para evitar a quebra das instituições financeiras os bancos centrais de vários países coordenados pelo BIS, firmaram acordos com recomendações para regulamentações no setor bancário, denominados Basiléia I, Basiléia II e Basiléia III. A principal recomendação desses acordos são a exigência mínima de reservas de capital.

2.7.1 Basiléia I

Segundo o Banco do Brasil ([201-]) o primeiro acordo de Basiléia foi constituído em julho de 1988. O acordo definiu mecanismos para mensuração de risco de créditos e estabeleceu a exigência mínima de capital para os bancos suportarem os riscos de créditos que estão sujeitos. Seus objetivos consistem em reforçar a solidez e a instabilidade do sistema bancário internacional e reduzir as desigualdades competitivas entre os bancos internacionalmente ativos. Essas desigualdades refletiam diferentes regras de exigência mínima de capital pelos agentes reguladores nacionais.

Com o propósito de regularizar essas diferenças o acordo de Basiléia I definiu três conceitos:

- Capital Regulatório: Montante de capital próprio alocado para a cobertura de riscos, considerando os parâmetros definidos pelo regulador;
- Fatores de Ponderação de Risco dos Ativos: A exposição a Risco de Crédito dos ativos (dentro e fora do balanço) é ponderada por diferentes pesos estabelecidos, considerando, principalmente, o perfil do tomador; e
- Índice Mínimo de Capital para Cobertura do Risco de Crédito (Índice de Basiléia ou Razão BIS): Quociente entre o capital regulatório e os ativos (dentro e fora do balanço) ponderados pelo risco. Se o valor apurado for igual ou superior a 8%, o nível de capital do banco está adequado para a cobertura de Risco de Crédito (BANCO DO BRASIL, [201-], p. 2).

Ainda segundo Banco do Brasil ([201-]) essas exigências estabelecidas no acordo de Basiléia I contribuíram muito para a estabilidade financeira. Entretanto, algumas críticas surgiram, tornando-se necessário aprimorar o documento e concertar deficiências existentes. Entre os ajustes, ressalta-se a necessidade de destinar capital para cobertura de riscos de mercado. Com isso, em janeiro de 1996, o Comitê publicou uma emenda ao Acordo de 1988, incorporando ao capital exigido cobertura dos riscos de mercado, cujos aspectos principais são:

- Ampliação dos controles sobre riscos incorridos pelos bancos;
- Extensão dos requisitos para a definição do capital mínimo (ou regulatório), incorporando o Risco de Mercado;
- Possibilidade de utilização de modelos internos na mensuração de riscos, desde que aprovados pelo regulador local (BANCO DO BRASIL, [201-], p. 2).

Apesar do avanço significativo alcançado no acordo de Basiléia I, com o decorrer no tempo algumas críticas surgiram, impulsionando o aprimoramento do acordo, por esse motivo o BCBS lançou um novo documento em alteração ao acordo de 1988, conhecido como Basiléia II.

2.7.2 Basiléia II

Em junho de 2004, o BCBS divulgou um novo acordo conhecido como Basiléia II. Esse acordo definiu três pilares.

Conforme o Banco do Brasil ([201-], p. 2), cada pilar contempla:

Pilar I: Fortalecimento da estrutura de capitais das instituições;
 Pilar II: Estímulo à adoção das melhores práticas de gestão de riscos, e;
 Pilar III: Redução da assimetria de informação e favorecimento da disciplina de mercado.

Ainda em conformidade com o Banco do Brasil ([201-]) o acordo de Basiléia II apresenta um aspecto de aceitação mais fácil para a exigência de capital, é mais abrangente com relação à supervisão bancária e incentiva maior transparência das informações divulgadas ao mercado.

A figura 3 demonstra os pilares de Basiléia II:

Figura 3: – Pilares de Basiléia II



Fonte: Adaptado do Banco do Brasil ([201-])

São nesses três pilares que o acordo de Basiléia II é firmado, e de forma resumida define-se como a busca do aprimoramento das práticas de controle e gerenciamento de riscos.

2.7.2.1 Pilar I

O Pilar I de Basiléia II define exigência de capital para mensuração dos riscos incorridos nas atividades desenvolvidas por bancos. Dentre eles, o acordo destaca os riscos de crédito, o risco de mercado e o risco operacional.

Conforme o Banco do Brasil ([201-]) as abordagens do novo acordo de Basiléia em relação à mensuração do risco de crédito são classificadas em dois tipos: Padronizada e classificações internas (*Internal Ratings Based* - IRB). A IRB pode ser dividida em IRB básica e IRB avançada.

Ainda nas palavras do Banco do Brasil ([201-]) a abordagem padronizada constitui-se em revisão ou aperfeiçoamento para riscos dos ativos. As classificações internas são similares aos métodos padronizados, contudo possuem maior grau de sensibilidade aos riscos. De acordo com o pilar I de Basiléia II, para apuração do requerimento de capital devem ser considerados alguns elementos de riscos, dentre eles ressalta-se a *Probability of Default* (PD), também conhecida por Frequência Esperada de Inadimplência (FEI)⁹, a *Loss Given Default* (LGD), também conhecida por Perda dada a Inadimplência (PDI)¹⁰, a *Exposure at Default* (EAD), também conhecida como Exposição no Momento da Inadimplência¹¹ e a *Effective Maturity* (M) ou Maturidade Efetiva.¹²

Na abordagem IRB básica, a instituição financeira deve estimar a Probabilidade de Inadimplência (PD) de acordo com a categoria do tomador. Já na abordagem IRB avançada às estimativas internas são utilizadas para todos os tipos de riscos, seja de Probabilidade de Inadimplência, Perda Dada a Inadimplência, Exposição no Momento da Inadimplência ou a Maturidade Efetiva (BANCO DO BRASIL, [201-]).

Em janeiro de 1996, o BCBS editou uma emenda de Risco de Mercado na qual não havia sido contemplada no acordo de 1988. Essa emenda propôs exigibilidade mínima de capital para cobertura de riscos de mercado. O acordo

⁹ Possibilidade de determinado cliente tornar-se inadimplente (BANCO DO BRASIL, ([201-])).

¹⁰ Presunção de quanto efetivamente não é recuperado quando um cliente entra em inadimplência. Para apuração dessa medida, deve-se levar em consideração a estimativa de quanto se recupera de uma dívida em atraso menos os custos incorridos no processo de recuperação (BANCO DO BRASIL, ([201-])).

¹¹ Considerando que um cliente tende a aumentar seu endividamento ao se aproximar de uma situação onde não terá capacidade de honrar seus compromissos, este componente evidencia o montante (efetivo + potencial) do endividamento do cliente no momento da inadimplência (BANCO DO BRASIL, ([201-])).

¹² É o prazo até o vencimento da operação podendo ser ajustado em função do fluxo de caixa ou critérios do regulador (BANCO DO BRASIL, ([201-])).

Basiléia II incorporou as metodologias para cálculo do Risco de Mercado que se dividem em modelo Padronizado e Modelo Avançado. O Modelo Padronizado é subdividido em quatro categorias de risco: Ações, Câmbio, *Commodities*¹³ e Taxas de Juros. Para esses riscos são utilizados metodologias de cálculo simplificado específica para cada um. O Modelo Avançado constitui-se em uma metodologia de estatística conhecido como *Value-at-Risk* (VaR) (BANCO DO BRASIL, [201-]).

Segundo InvestEducar ([201-]) o VaR é uma medida de risco que demonstra a perda máxima a ser incorrida em determinado tempo.

Para o Banco do Brasil ([201-]) para utilizar o método de VaR, os bancos devem atender alguns requisitos qualitativos e quantitativos.

Aspectos qualitativos:

- Segregação entre a área de Gestão de Riscos e áreas negociais;
- Reporte direto com a alta administração;
- *Backtesting*; Alta administração ativamente envolvida na gestão de riscos;
- Modelo de mensuração de riscos integrado ao dia-a-dia da gestão;
- Limites da exposição e análise da performance ajustadas a riscos;
- Rigorosos testes de estresse; políticas e procedimentos documentados; e
- Auditoria independente dos sistemas de gerenciamento de riscos e das áreas de negócio (BANCO DO BRASIL, [201-], p. 5).

Aspectos quantitativos:

- VaR calculado diariamente;
- Intervalo de confiança; 99%
- Horizonte temporal; 10 dias úteis;
- Série histórica não inferior a um ano; e
- Exigência de capital: valor máximo de o VaR do dia anterior e a média das últimas 60 observações do VaR multiplicado por um fator entre 3 (mínimo) e 4 (máximo) de acordo com a aderência do modelo de VaR (BANCO DO BRASIL, [201-], p. 5).

Ainda segundo o Banco do Brasil ([201-]) devido à complexidade de eventos que geram riscos, Basiléia II recomenda abordagens para mensuração de risco operacional, sendo elas: Indicador Básico, Padronizada, Padronizada Alternativa e Avançada. As três primeiras abordagens são caracterizadas como sintéticas, devido à exigência de capital serem estimadas com base em dados

¹³ *Commodities* é uma palavra em inglês, é o plural de commodity que significa uma mercadoria de importância mundial, que tem seu preço determinado pela oferta e pela procura internacional (G1 ECONOMIA, 2010).

agregados, pois não há identificação dos eventos de perda. Já a abordagem avançada, é caracterizada como analítica, visto que possibilita maior conhecimento do perfil de risco da instituição e melhor adequação na qualidade dos controles.

2.7.2.2 Pilar II

Para o Banco do Brasil ([201-]) o pilar II estabelece normas de governança e processo de supervisão para gerenciamento de riscos. Neste pilar foram firmados quatro princípios de revisão de supervisão sendo eles:

- 1º. Princípio: os bancos devem ter um processo para estimar sua adequação de capital em relação a seu perfil de risco e possuir uma estratégia para manutenção de seus níveis adequados de capital.
- 2º. Princípio: os supervisores devem avaliar as estratégias, as estimativas de adequação e a habilidade dos bancos em monitorarem e garantirem sua conformidade com a exigência de capital mínimo.
- 3º. Princípio: os supervisores esperam, e podem exigir, que os bancos operem acima das exigências de capital mínimo;
- 4º. Princípio: os supervisores podem intervir antecipadamente e exigir ações rápidas dos bancos, se o nível de capital ficar abaixo do nível mínimo (BANDO DO BRASIL, [201-], p. 7).

Esses princípios evidenciam a necessidade dos bancos classificarem e destinar as reserva de capital para os riscos assumidos e de os supervisores traçar estratégias para lidar com esses riscos.

O acordo de Basiléia II definiu algumas características que deverão envolver na avaliação do processo de destinar as reservas de capital, sendo elas:

- Supervisão da alta administração do banco e do conselho de administradores;
- Avaliação sólida das necessidades de capital para suportar os riscos de negócios;
- Avaliação abrangente dos riscos;
- Monitoramento e emissão de relatórios;
- Revisão do controle interno (BANCO DO BRASIL, [201-], p. 7).

Nesta linha de ideias, conclui-se que no pilar II são definidas as responsabilidades da administração, cabendo a mesma a elaboração de estratégias de exposição aos riscos e deve ser encarregada pela destinação de reserva de capital para suprir esses riscos a que estão sujeitas.

Este pilar evidencia também a grande necessidade de os bancos terem uma quantidade de capital para suportar todos os riscos incorridos e que possam surgir no negócio.

2.7.2.3 Pilar III

De acordo com o Banco do Brasil ([201-]) a finalidade desse terceiro pilar consiste na disciplina de mercado. O pilar promove exigências pertinentes às informações divulgadas, permitindo que os agentes participantes do mercado avaliem as informações essenciais de mensuração de capital, exposições de riscos, processos de gestão e a adequação de capital da instituição. Além disso, com a disciplina de mercado, os interessados nas instituições financeiras têm maior transparência da real situação econômica e financeira dos bancos.

O pilar III fundamenta-se em quatro divisões:

- Escopo de aplicação – Representa a relação entre as recomendações e a estrutura do Banco;
- Capital – Demonstra a capacidade de o banco absorver eventuais perdas;
- Exposição ao risco – Evidencia os subsídios para avaliação da intensidade dos riscos e as formas de avaliação destes.
- Adequação de capital – Possibilita o julgamento da suficiência do capital frente aos riscos incorridos (BANCO DO BRASIL, ([201-], p. 7).

Ainda segundo o Banco do Brasil ([201-]) para garantir o cumprimento da transparência, o acordo de Basiléia II presume aos supervisores a aplicação de instrumentos de persuasão, que vão desde um diálogo com a administração a até multas financeiras, dependendo da deficiência da divulgação apresentada.

Neste contexto, é possível afirmar que Basiléia II procura reforçar o domínio de avaliação e atuação dos participantes de mercado e busca o aprimoramento das práticas de controle e gerenciamento de riscos.

2.7.3 Basiléia III

Com a crise mundial em 2007, verificou-se que os acordos de Basiléia I e II tornaram-se insuficientes para impedir o impulso excessivo dos bancos, com a baixa qualidade de reservas de capital e margem de liquidez, constituíam um cenário

fragilizado no sistema bancário. Assim para promover a estabilidade das instituições financeiras, o BIS firmou um novo acordo em dezembro de 2010, que ficou conhecido como Basiléia III.

Segundo o Banco Central do Brasil ([201-]) o objetivo do acordo de Basiléia III é aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras se protegerem de crises. O acordo exige diferentes níveis de reservas de capital, reforça a qualidade de recursos próprios destinados a cobrir os riscos, e requer que as instituições financeiras constituam reservas suficientes para suportarem uma crise de liquidez.

Para Anbima (2016) as orientações preliminares para a implementação do acordo Basiléia III no Brasil foi divulgado pelo BACEN, em 17 de fevereiro de 2011, por meio do comunicado nº 20.630. O comunicado abordou a nova estrutura de capital regulamentar e os novos padrões de apuração dos requerimentos. Somente em 1º de outubro de 2013, a normativa entrou em vigor. A partir deste período, as instituições financeiras passaram a adequar-se com as transações dos novos padrões fixados pelo BCBS, porém, somente serão concluídas inteiramente em 2022.

2.8 CONCEITO DE RISCO

Como já visto nos tópicos anteriores, as medidas adotadas internacionalmente para o controle do risco das instituições financeiras tiveram início com os acordos de Basiléia.

Segundo Oliveira e Pacheco (2006a) no Brasil esses princípios foram introduzidos pela Resolução nº 2.099 do CMN. Posteriormente em 24 de setembro de 1998, o CMN também determinou por meio da Resolução nº 2.554, que as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN seriam incumbidas a implementar controles internos voltados para o sistema operacional e para as informações financeiras e gerenciais.

Segundo a ISO *Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização) 31000 (2017) risco é definido como o “efeito da incerteza nos objetivos”.

Nas palavras de Oliveira e Pacheco (2006a) o risco é a incerteza do resultado futuro de determinado investimento, ou seja, o risco é a probabilidade de ocorrer resultados negativos quanto ao retorno do investimento.

Os principais riscos das instituições financeiras são: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Para o Banco do Brasil ([201-]) os riscos de mercado procedem da possibilidade de perdas decorrentes das mudanças de taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

De acordo com Saunders (2007) o risco de mercado acontece quando há uma negociação de ativos, passivos e derivativos, em lugar de mantê-los como investimento a longo prazo, financiamento ou *hedging*.¹⁴

O risco de crédito é aquele na qual a possibilidade da perda resulta em incerteza quanto o recebimento de empréstimos contratados ou emitidos por debêntures, ou seja, não se sabe ao certo se os tomadores de empréstimos honrarão seus compromissos (BANCO DO BRASIL, [201-]).

Para Saunders (2007) o risco de crédito acontece porque os fluxos de caixa assegurados pelos títulos possuídos por instituições financeiras, podem não serem pagos integralmente.

O risco de liquidez ocorre quando os titulares passivos das instituições financeiras requerem seu dinheiro imediatamente, e as instituições financeiras são submetidas a obter recursos adicionais, ou a liquidar ativos para atender a quitação total ou parcial desses fundos (SAUNDERS, 2007).

Para o Banco do Brasil ([201-]) o risco de liquidez atribui-se a duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro relaciona-se com a possibilidade de perda decorrente de praticar uma transação em tempo ponderado e sem perda significativa de valor. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está voltado à possibilidade de falta de recursos para honrar seus compromissos assumidos, em virtude de descasamento entre ativos e passivos.

¹⁴ *Hedging* são operações de compra e vendas destinadas a proteger os negócios ou ativos de empresas ou indivíduos contra uma mudança nos preços, reduzindo assim o risco de perdas financeiras. Na prática, operações de *hedging* podem ser especulativas, os compradores ou vendedores apostando contra ou a favor da subida ou descida dos preços (de moeda, títulos, commodities, etc.) (TRADER NEWS, 2009).

2.9 FRAUDES E ERROS

Durante a execução das atividades desenvolvidas no processo de auditoria, é comum os profissionais depararem-se com fraudes ou erros. Por isso é de suma importância o auditor estar atento ao tema.

De acordo com Pastori (2003) fraude é um ato ilícito intencional, consiste em obtenção de vantagens injustas ou indevidas para si mesmo ou para terceiros. A fraude ocorre habitualmente por meio de omissões de transações, inverdades, abuso de poder, quebra de confiança, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis entre outros. De forma ampla, entende-se que fraude representa o ato de má fé para alcançar vantagem sobre outra pessoa, tanto por ação ou emissão.

Os erros são “[...] o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.” (NBC T 11, Item 11.1.4).

Conforme a NBC TI 01, item 12.1.3:

O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

O termo “erro” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

O quadro 1 demonstra as principais diferenças entre fraude e erro.

Quadro 1: Distinções entre erros e fraudes

Erro	Fraude
Ação involuntária	Ação premeditada
Esquecimento, desatenção, imperícia	Dolo com intenção
Forma estranha à vontade da empresa	Com o intuito de “lavagem de dinheiro”
Ato não-intencional	Ato intencional de omissão ou manipulação
Omissão	Falsificação ou alteração de registros e doc.
Má interpretação de fatos nas dem. Contábeis	Omissão de transações nos registros contábeis
Erros aritméticos	Aplicação de práticas contábeis indevidas
Incorreta classificação das contas	Desvios de dinheiro, despesas fictícias
Podem levar à falência da empresa	Responsabilidade penal e civil
Ocorrem também por falta de conhecimento	Para ocultar desvios ou transações ilegais

Fonte: MENEGUSSI, IANESKO (2007, p. 7)

Segundo a NBC TI 01, é dever do auditor interno auxiliar a administração para prevenção de fraudes e erros, incumbido ainda de informá-la, de forma reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de erros ou fraudes encontradas no proceder de seu trabalho.

Compreende-se, portanto que a fraude ocorre de forma dolosa, com intenção e consiste em obtenção de vantagens injustas, já os erros ocorrem de forma culposa, sem intenção, normalmente causados por falta de atenção.

Nessa linha de ideias, entende-se que é de suma importância a auditoria interna averiguar a possibilidade de eventuais fraudes e erros dentro da organização, visto que, caso encontrado pode causar danos e prejuízo.

2.10 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As instituições financeiras são organizações que tem como finalidade a alocação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, ou seja, são responsáveis por intermediar a destinação de poupanças de pessoas físicas e/ou jurídicas para a utilização em empréstimos e investimentos.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 7.492 de 1986:

Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros (Vetado) de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

Parágrafo único. Equipara-se à instituição financeira:

- I - a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros;
- II - a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.

Conforme o Banco Central do Brasil (2006) existe três tipos de instituições financeiras: bancárias, não bancárias e de natureza especial. São consideradas instituições financeiras bancárias as caixas econômicas, bancos comerciais, cooperativas de créditos e bancos múltiplo (com carteira especial). As instituições financeiras não bancárias são os bancos de investimento, os bancos de

desenvolvimentos, as sociedades de arrendamento mercantil (*leasing*), sociedades de créditos, financiamento e investimento dentre outras.

O Banco Central do Brasil (2006) diz ainda que são consideradas instituições financeiras de natureza especial os bancos estatais, ou seja, os bancos que são integralmente ou parcialmente de propriedade do governo. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco da Amazônia, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e social (BNDES) e o Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), são exemplos de instituições financeiras de natureza especial.

2.11 BANCO CENTRAL DO BRASIL

O BACEN é o órgão que regula as instituições financeiras no Brasil, criado pela Lei nº 4595 de 31 de dezembro de 1964.

De acordo com Fortuna (2014) o BACEN é sediado em Brasília e possui representações regionais em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Para o Banco Central do Brasil ([201-]) o BACEN é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, tem como objetivo assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro operativo e eficiente.

Nas palavras de Fortuna (2014) o BACEN tem várias atribuições, entre elas estacam-se a regulamentação e supervisão do SFN, punindo-o as instituições financeiras quando necessário, o gerenciamento das políticas monetárias, cambiais, de crédito e de relacionamento financeiro com o exterior e emitir papel-moeda e moeda metálica nas condições e limites autorizados pelo CMN, ou seja, o BACEN é considerado como o Banco dos Bancos, gestor do SFN, executor da política monetária, Banco emissor, banqueiro do governo e centralizador do fluxo cambial.

2.11.1 Resolução BACEN nº 2.554/98

Devido aos riscos pertinentes as instituições financeiras e após as manifestação do BCBS, o BACEN criou a resolução nº 2.554/98, que dispõe sobre a execução de sistema de controle interno.

De acordo com o art. 1º da Resolução nº 2.554/98 do BACEN, determina-se:

às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

§ 1º Os controles internos, independentemente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por ela realizadas.

§ 2º São de responsabilidade da diretoria da instituição:

I - a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócios da instituição;

II - o estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes aos mesmos;

III - a verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos definidos em função do disposto no inciso II.

Embora muitos sistemas de tecnologias são vulneráveis a riscos e fraudes, o uso dos meios eletrônicos vem se expandindo cada vez mais no meio dos negócios bancários. Para evitar esses riscos, é interessante as instituições financeiras realizar freqüentemente avaliações dos riscos decorrentes da tecnologia.

Nesse conceito a Resolução BACEN nº 2.554/98 prevê em seu art. 2º VII:

A existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

§ 1º Os controles internos devem ser periodicamente revisados e atualizados, de forma a que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a riscos novos ou anteriormente não abordados.

§ 2º A atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos.

§ 3º A atividade de que trata o parágrafo 2º, quando não executada por unidade específica da própria instituição ou de instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro, poderá ser exercida:

I - Por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde que não aquele responsável pela auditoria das demonstrações financeiras;

II - Pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que filiada a instituição;

III - Por auditoria de entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante convênio, previamente aprovado por este, firmado entre a entidade a que filiada a instituição e a entidade prestadora do serviço.

Segundo Crepaldi (2000) vale salientar que não basta a empresa implementar um sublime sistema de controle interno sem que haja uma verificação periodicamente, a fim de avaliar se os funcionários estão cumprindo o que foi estabelecido no sistema, ou se o sistema não deveria ser ajustado aos novos âmbitos.

Conclui-se que é indispensável à verificação da prática do que foi proposto no regimento do controle interno, visto que essa ação assegura aos interessados, que o administrador está agindo de acordo com os princípios de boa administração a fim de atender os interesses da organização.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo relata-se o contexto e metodologia aplicada para atingir os objetivos estabelecidos deste trabalho científico. Primeiramente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo. Posteriormente apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Referente à análise de dados utiliza-se abordagem qualitativa. Segundo Sampieri, Collado e Baptista Lucio (2006) a pesquisa qualitativa apresenta profundidade aos dados, a riqueza interpretativa e a explicação do assunto contextualizando os fenômenos de pesquisa. Assim, a pesquisa trata uma abordagem qualitativa, pois coleta informações sobre o procedimento de auditoria interna do BB, com o intuito de identificar quais as práticas adotadas para aperfeiçoar o gerenciamento de risco.

Quanto aos objetivos desse estudo se caracterizam como descritivos. Sampieri, Collado e Baptista Lucio (2006) destacam que os objetivos descritivos revelam como são e como se evidencia determinado caso. Além disso, especificam as propriedades, características e perfil de qualquer fenômeno que se submeta a determinada análise. Sendo assim, esta pesquisa descreve como são desenvolvidos o trabalho do auditor interno em uma instituição financeira e quais os procedimentos aplicados para aperfeiçoar o controle interno, processo e gerenciamento de riscos.

No que se refere aos procedimentos desenvolve-se um estudo de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Pesquisa bibliográfica, pois a fundamentação teórica foi elaborada por conceitos e informações extraídos de livros, leis, *sítes*, normas e revistas. Pinheiro (2010) explica que a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de um material já divulgado, constituído de livros artigos periódicos ou de materiais disponibilizado na *internet*. A fundamentação teórica é constituída a partir de citações diretas ou indiretas de outros autores, que permite contribuições da pesquisa ou estudo realizado.

O presente trabalho ainda realiza um estudo de caso no Banco do Brasil S.A. que busca compreender o processo de auditoria interna da instituição. Para Pinheiro (2010, p. 23) “o estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.”

O estudo de caso é um procedimento para chegar a uma decisão/conclusão, por meio de análise das informações expostas para realização do mesmo.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para realização do estudo de caso, foram utilizados os relatórios de auditoria interna disponíveis no *site* do Banco do Brasil. Vale ressaltar que todas as informações para elaboração do estudo de caso estão disponíveis para consulta de qualquer indivíduo não contendo informações sigilosas.

O objetivo do estudo de caso é identificar quais os procedimentos utilizados pelo BB para aperfeiçoar o gerenciamento de riscos, verificar aspectos sobre a estrutura de auditoria interna do BB, e apontar algumas normas e recomendações financeiras para melhorias de práticas que são seguidas para realização da auditoria interna.

4 ESTUDO DE CASO

A pesquisa descreve em seu estudo de caso quais as recomendações e normas adotadas por uma instituição financeira para a elaboração do relatório de auditoria interna e para o aperfeiçoamento de processos e controles internos.

Inicia-se com a apresentação da caracterização da empresa. Em seqüência apresentam-se a estrutura organizacional e as áreas de atuação de auditoria interna.

Na terceira etapa relatam-se os aspectos de governança corporativa, posteriormente apresenta-se o método adotado pelo BB para o aperfeiçoamento de auditoria interna. Por fim apresentam-se quais normas e recomendações são seguidas para eficiência dos processos com foco em riscos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

O Banco do Brasil pessoa jurídica de direito privado, é uma sociedade anônima aberta, de economia mista, com participação da União brasileira em 54% das ações, juntamente com a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. Atualmente é sediado em Brasília, Distrito Federal.

O Banco do Brasil S.A. foi à primeira instituição financeira do Brasil, fundado no ano de 1808 pelo Rei D. João VI. O principal objetivo do banco era financiar a criação de indústrias manufatureiras no país, visto que a importação de matérias primas e exportação de produtos industrializados contribuíam com a movimentação do comércio brasileiro.

O Banco do Brasil iniciou suas atividades em 1809, no Rio de Janeiro, com o capital de 1200 contos de réis¹⁵ em forma de ações. Desde então passou por uma série de transformações, em 1905 ocorreu alteração na composição do seu capital social, na qual o governo Federal tornou-se o acionista majoritário, forma

¹⁵ Conto de réis é uma expressão adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis. Sendo que um conto de réis correspondia a mil vezes a importância de um mil-réis que era a divisionária, grafando-se o conto por Rs. 1:000\$000 (FERNANDES, 2017).

jurídica que permanece até hoje. Em 1960, o Banco do Brasil transferiu sua sede para Brasília no dia da inauguração da nova capital do país.

Na atualidade o Banco do Brasil possui mais de 4 mil agências e mais de 40 mil caixas eletrônicos, localizados em aeroportos, *shoppings*, rodoviárias e etc. O BB também tem presença internacional e conta com mais de 50 pontos de atendimento no exterior.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AUDITORIA INTERNA E ÁREAS DE ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL

A auditoria interna do Banco do Brasil é subordinada funcionalmente ao Conselho de Administração, é responsável por proporcionar auditorias com foco nos riscos e assessorar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e as subsidiárias, com o intuito de contribuir para a eficácia de governança corporativa.

As atividades da auditoria interna do Banco do Brasil são avaliadas pelo Comitê de Auditoria, na qual habitualmente se reúnem duas vezes ao mês antes da reunião com o Conselho de Administração para definição de estratégias de gerenciamento de riscos e prestação de contas dos resultados da entidade.

No mínimo uma vez a cada trimestre e excepcionalmente sempre que convocado ou quando julgar necessário o Comitê de Auditoria realiza reuniões com o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, a Auditoria Interna e a Auditoria Independente.

O titular da Auditoria Interna é nomeado pelo Conselho de Administração, e escolhido pelos funcionários da ativa. Já o Comitê de Auditoria é composto por quatro membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de um ano, renovável até o máximo cinco anos. Um membro titular é escolhido entre os conselheiros eleitos pelos acionistas majoritários, e três são escolhidos pelos membros titulares entre os indicados pelos conselheiros representantes da União.

Conforme o regimento interno do Comitê de auditoria do BB pelo menos um membro do Comitê de Auditoria deve ter conhecimento comprovado nas áreas de contabilidade societária e auditoria.

O BB integra um programa de capacitação profissional de auditoria interna. Em 2016, foram alocadas 49.363 horas de capacitação, dessas horas 90,6% foram empreendidas por gerentes de auditoria, coordenadores e auditores, os outros 9,4% foram realizadas por funcionários na sede e por assistentes administrativos das gerências de auditoria.

O quadro 2 indica os eventos e horas de capacitação.

Quadro 2: Eventos de Capacitação - Horas

Eventos	Sede e Assistentes	Gerentes de Auditoria, Coordenadores e Auditores	Total
Cursos Técnicos, Graduação, Pós-graduação, Mestre em Administração de Negócios (MBA) Mestrado e Doutorado	46	1.114	1.160
Congressos, seminários, feiras, palestras e fóruns	540	3.317	3.857
Outros eventos – treinamentos internos, auto instrucionais, mentoria-mentorado, aperfeiçoamento e certificações	1.689	24.546	26.235
Outras atividades associadas à capacitação	2.364	15.747	18.111
Total	4.639	44.724	49.363

Fonte: INTRANET DA AUDIT, (POSIÇÃO 31.12.2016, p. 4) apud BANCO DO BRASIL (2016).

As outras atividades associadas à capacitação, demonstrada no quadro 2, são referentes a deslocamento, encontro de trabalho, mentoria – mentor e revisão de curso.

Entre as operações do programa de capacitação profissional da auditoria interna do BB em 2016, destacam-se a realização do curso Fundamentos de Auditoria Integrada (FAI), das Oficinas de Instrumentalização da Auditoria (OIA) subsidiadas para a capacitação de 210 auditores.

4.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA DO BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil busca reforçar a geração de valor aos acionistas por meio de boas práticas que visam apaziguar conflitos de interesses, especialmente entre acionistas majoritários e minoritários.

O BB busca boas práticas de governança corporativa, garantindo assim maior transparência das informações, prestação de contas e responsabilidade

socioambiental. Desde 2006, o BB é listado no Novo Mercado da BM&FBovespa, nível máximo de governança corporativa no mercados de capitais do Brasil.

Salienta-se que aderir às boas práticas de governança corporativa da BM&FBovespa são de caráter voluntário, porém quando a entidade opta em listar-se em algum desses segmentos, fica sujeita a obedecer todas as exigências estabelecidas.

O Estatuto Social do BB é o seu principal documento de governança, nele são determinados como deve ser o funcionamento do Conselho de Administração e sua forma de atuação, dentre outros procedimentos de governança. Além disso, o Banco possui um Código de Ética que rege o relacionamento dos funcionários do BB com o público, além de códigos de conduta e regimentos internos.

O Banco também adotou em 2007, um código de Governança Corporativa que define os princípios para uma visão panorâmica e simplificada a transparência de gestão da Instituição.

4.4 AUDITORIA INTEGRADA DO BANCO DO BRASIL

A auditoria integrada envolve uma avaliação independente, sincronizada e visa à verificação do gerenciamento das relações mútuas entre objetivos, riscos e controles empresariais.

No Banco do Brasil, como técnica de auditoria integrada, é utilizado a Auditoria Contínua, que oferece visão extensa, analisando a complexidade do ambiente organizacional.

Atualmente, devido à evolução de globalização e alguns fatos ocorridos tocantes a fraudes e erros das entidades, a intimidação de transparência das informações econômicas e financeiras no mercado, o gerenciamento de riscos e o aperfeiçoamento de processos nas empresas cada vez mais vem aumentando. Com isso as empresas sentem necessidade de crescentemente modernizar as técnicas para a execução de auditorias internas.

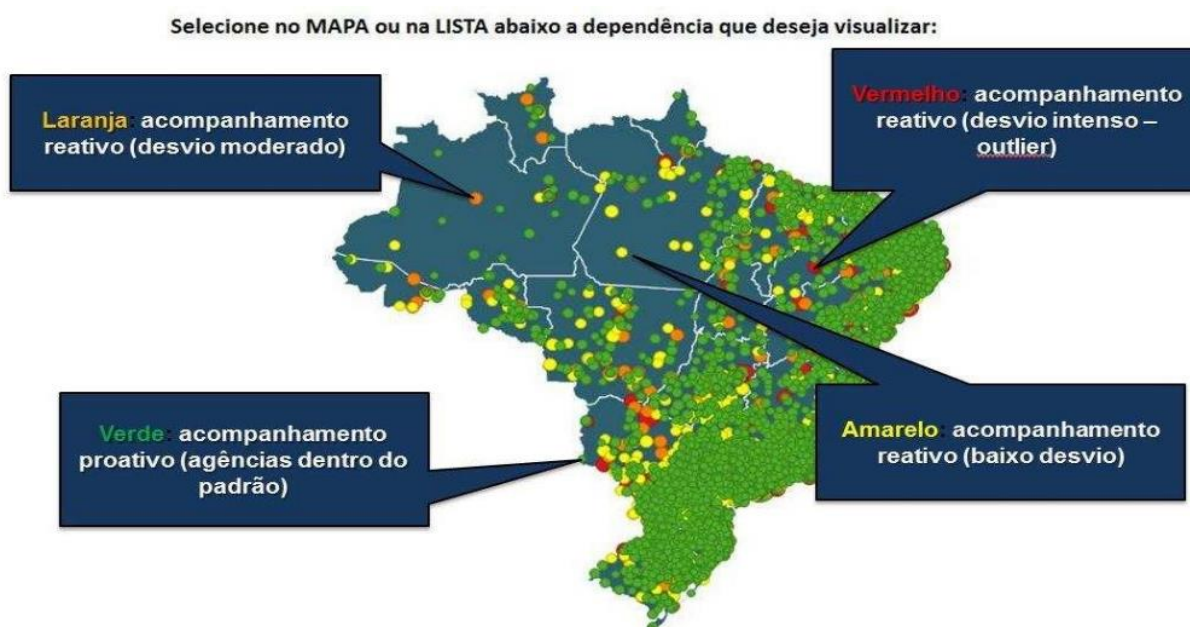
A Auditoria Contínua é voltada para a análise eletrônica e permite por meio de avaliações sistemáticas de indicadores a geração de resultados cada vez

mais relevantes. Sendo assim, compreende-se que a tecnologia da informação tem sido essencial na operação de trabalhos da auditoria contínua.

Com a constante evolução do mercado que acompanharam crises financeiras internacionais, a Auditoria Contínua tem conquistado importância progressiva, visto que a utilização desse método oferece maior eficácia e redução de riscos nas organizações. Com os fatos que vem sendo ocorridos no mercado, à auditoria interna do BB vem aos poucos empregando seu modelo de auditoria contínua. Desde 2010 o BB vem utilizando a técnica, aumentando a eficiência das avaliações dos processos com ênfase em riscos. Um exemplo da aplicação pela auditoria interna do Banco do Brasil da citada técnica, é o desenvolvimento e a implementação do Painel de Auditoria Contínua – Agências. O método permite o monitoramento de conformidade do risco operacional em agências da rede do Banco do Brasil, por meio de indicadores, que detectam comportamentos insuspetados de irregularidade.

A figura 4 apresenta os comportamentos das agências e suas classificações cromáticas.

Figura 4: Escala cromática e tipos de respostas



Fonte: BANCO DO BRASIL, 2015.

Com base nos resultados observados em cada um dos indicadores, as agências são classificadas em escala cromática: verde, amarela, laranja ou

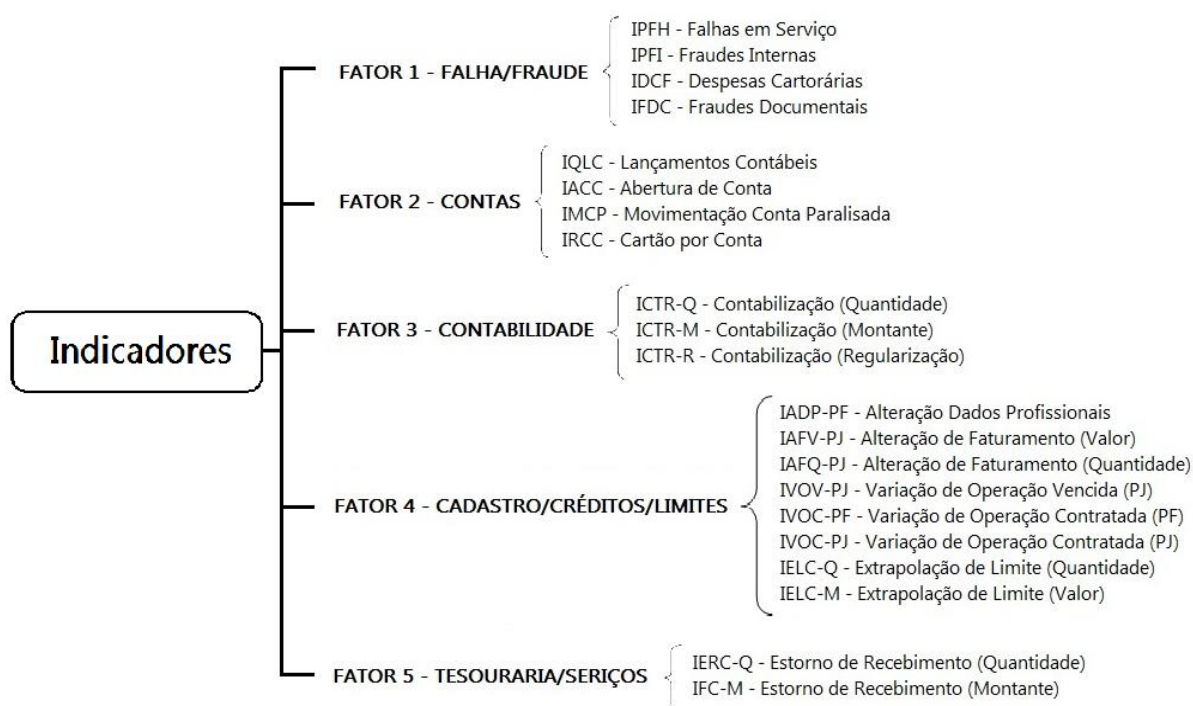
vermelha, indicando a posição de desencaminhamento na atuação de cada unidade comparada às demais agências do seu mesmo *cluster*¹⁶, e, como resultado, instrui a atuação da auditoria.

As dependências consideradas como vermelhas apresentam desvio intenso, as laranjas desvio moderado, as amarelas baixo desvio e as verdes apresentam-se dentro do padrão esperado. O tamanho do círculo representa a hierarquia da agência dentro de sua escala cromática, ou seja, quanto maior o círculo, maior a pontuação da agência.

O painel possui 21 indicadores de auditoria contínua, formados por cinco fatores que viabilizam a detecção de irregularidades no comportamento das agências, oferecendo melhorias na gestão do risco operacional, na qual resulta em redução de perdas operacionais. Além disso, o painel também permite subsidiar as escolhas de agências que tem necessidade de execução de auditoria interna.

A figura 5 apresenta os indicadores utilizados em 2015 no Painel de Auditoria Contínua – Agências.

Figura 5: Conjunto de indicadores utilizado no painel de auditoria contínua – Agências



Fonte: BANCO DO BRASIL, 2015

¹⁶ Aglomerado/agrupamento de coisas semelhantes. (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2013)

A listagem de indicadores é considerada bem diligente, visto que pode ser alterada à medida que novos indicadores se façam fundamentais, ou quando há transmissão de acompanhamento ao gestor do processo.

Disponível no ambiente *web*, o painel proporciona aos auditores da instituição o acompanhamento das mais de 5.000 agências do Banco do Brasil.

Primeiramente para realizar a auditoria, é selecionado o mês e a jurisdição a ser analisada. A escolha se dá com base a configuração do mapa geográfico com a ordenação da dependência. Após fazer essa seleção, o auditor procederá à verificação das agências que apresentaram algum desvio, ou seja, aquelas agências classificadas vermelhas, laranjas ou amarelas.

Vale ressaltar que para a escolha da agência a ser analisada, são considerados alguns detalhes, como exemplo, a pontuação total, a pontuação por indicador e o fator e o histórico de classificação da agência.

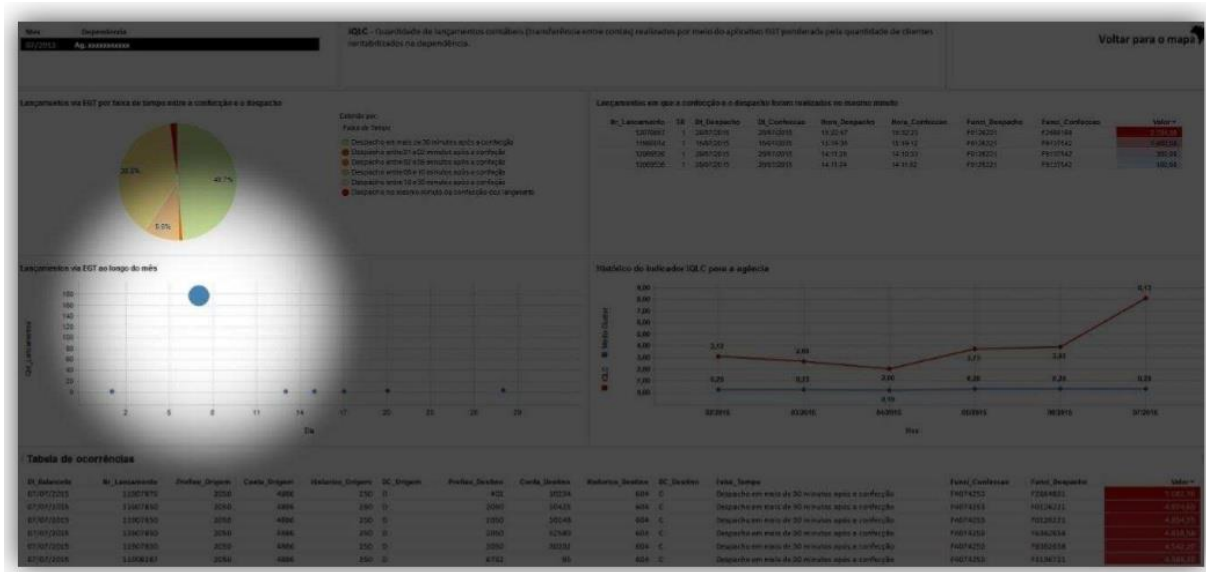
Designada a agência, o auditor verifica quais indicadores dispuseram o pesar na pontuação total da agência, após detectar o indicador, o auditor procede seu trabalho averiguando primeiramente os de maiores pontuação.

Ao clicar sobre a pontuação do indicador, é possível visualizar detalhes do indicador, bem como a causa que levou a agência obter tal pontuação.

Na tela de detalhes do indicador, o auditor consegue averiguar as distribuições apontadas para as ocorrências, os motivos que levaram a dependência a ter desvio padrão do indicador, a existência de acumulação de ocorrências em determinados segmentos, como exemplo de ocupação, faixa de idade, data de ocorrências entre outros e a existência de possíveis erros ou desvios que possam caracterizar cenário de riscos.

A figura 6 ilustra a tela de detalhamento destacando a presença de um *outlier*¹⁷, ou seja, demonstra um caso de detecção de anomalia em uma das dependências do Banco do Brasil, relacionado ao indicador IQLC (Quantidade de Lançamentos Contábeis).

¹⁷ Os *outliers* são dados que se diferenciam drasticamente de todos os outros, são pontos fora da curva. Em outras palavras, um *outlier* é um valor que foge da normalidade e que pode (e provavelmente irá) causar anomalias nos resultados obtidos por meio de algoritmos e sistemas de análise (ANALYTICS, 2017).

Figura 6: Tela de detalhamento destacando presença de um *outlier*

Fonte: BANCO DO BRASIL, 2015

Pode-se observar que a irregularidade observada pelo indicador encontrada na agência, se deu devido à centralização de lançamentos contábeis no dia sete do mês de análise. Nesse sentido o auditor busca identificar a causa da ação ocorrida, conduzindo sua análise para conferência do equilíbrio entre o objetivo, os riscos e os controles da atividade. Por meio da tela de detalhamento, o auditor consegue verificar o histórico dos últimos seis meses do indicador, possibilitando a comparação da média histórica das agências do mesmo *cluster*, e ainda concede a compreensão do desvio de comportamento, demonstrando se o indicador ocorreu somente naquele mês ou se é freqüente.

Vale ressaltar que após as análises de inconformidade o auditor poderá solicitar à agência, informações e esclarecimentos adicionais em relação à situação observada. O auditor segue então a auditoria com base na metodologia instrumental utilizada pela Auditoria Interna do Banco do Brasil. Além disso, as informações alcançadas por meio do acompanhamento do Painel de Auditoria Contínua – Agências são utilizadas como contribuição para a conclusão dos processos de auditoria interna, no círculo estratégico.

Conclui-se que a visita dos auditores às agências para execução dos trabalhos de auditoria interna se dá primeiramente as agências que apontaram desvio intenso, posteriormente as que apontaram desvio moderado e por fim as de

baixo desvio, seguindo a hierarquia da escala cromática, ou seja, a prioridade de execução de auditoria interna segue na sequência das cores considerando o grau maior de anomalias (vermelha, laranja, amarela).

4.5 RECOMENDAÇÕES E NORMAS SEGUIDAS PELO BANCO DO BRASIL PARA REALIZAR A AUDITORIA INTERNA

A seguir serão apresentadas algumas normas e recomendações que o BB utiliza para aperfeiçoar seu processo de auditoria interna, procedimentos, controles internos e gerenciamento de riscos.

A auditoria do BB atende a instrução normativa nº 24/2015, na qual estabelece a elaboração do PAINT e do RAIN. O PAINT é elaborado em consonância com as orientações procedentes da IN nº 24/2015, o RAIN também é elaborado conforme as orientações previstas na IN nº 7/2006 da CGU e na IN nº 1/2007 da SFC.

Segue as normas da NBC TI 01 - Auditoria Interna, na qual resolve que o planejamento da auditoria interna integra-se de exames preliminares das áreas, atividades e processos, para definir a relevância e a época do trabalho a ser realizado.

Atende o comunicado nº 12.746 do BACEN, que dispõe o cronograma de adesão das definições dos acordos de Basileia II. Com o novo acordo de Basileia III, o BACEN criou o comunicado nº 20.615 que dispõe as principais definições, orientações e o cronograma da implementação do acordo Basileia III no Brasil. Como o acordo é complementar às recomendações de Basileia II, devem ser consideradas as informações contidas nos comunicados nº 16.137/07 e o nº 19.028/09. A data de início para adesão aos novos padrões de exigências de capital fixados no acordo de Basileia III entrou em vigor no Brasil em 2013, porém podem ser concluídas integralmente em até 2022.

O BB vem realizando mudanças em sua gestão para atender essas novas exigências. Segundo Diários Associados (2016), o BB vem trabalhando nesse processo dos novos requisitos e pretende alcançar a reserva de capital estabelecida no acordo sem precisar contar com efeitos extraordinários, como exemplo a venda

de ativos. Além disso, como questão prudencial, pretende atingir as novas exigências antes do prazo estabelecido.

Em relação aos riscos, a Resolução do CMN nº 3.490/07, dispõe a inclusão da parcela de risco operacional (POPR) no cálculo do patrimônio de referência exigido (PRE). O Banco Central do Brasil definiu por meio da circular nº 3.383/08 e das cartas-circulares nº 3.315/08 os procedimentos para o cálculo da parcela POPR e a composição do indicador de exposição ao risco operacional. Para as abordagens de mensuração, o BACEN por meio da circular nº 3.383/08 faculta às instituições financeiras, o cálculo da parcela POPR fundamentado nas seguintes abordagens: Indicador Básico, Padronizada Alternativa e Padronizada Alternativa Simplificada. O BB embora não estando obrigado a alocar capital dessas abordagens, optou destinar capital para risco operacional sob a abordagem padronizada alternativa, considerada a mais primorosa das três.

Essas são algumas das normas e recomendações que o BB utiliza para aperfeiçoar seu processo de auditoria interna, procedimentos, controles internos e gerenciamento de riscos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho de auditoria interna nas organizações, as empresas conquistam maior confiança e credibilidade dos investidores, visto que assegura aos interessados da empresa que as informações contábeis e financeiras são autênticas. Além disso, a auditoria interna proporciona o controle de procedimentos internos e identifica os riscos e a existência de fraudes ou erros. Pode-se dizer que a auditoria é definida como um estudo, levantamento e avaliação de transações das demonstrações contábeis, dos procedimentos e das operações de uma entidade.

Acerca da questão problema de apresentar quais as recomendações e normas adotadas pelo Banco do Brasil para o aperfeiçoamento de processos, controles internos e gerenciamento de riscos, buscou-se alcançar a resposta por meio dos relatórios de auditoria interna divulgados pelo Banco do Brasil na página da *internet*.

Quanto ao primeiro objetivo específico referente a descrever um exemplo de um método adotado pelo Banco do Brasil para o aprimoramento da auditoria interna, apresentou-se o procedimento do Painel de Auditoria Contínua – Agências. O segundo objetivo específico, indicado como, demonstrar a estrutura da auditoria interna do Banco do Brasil, foi alcançado ao apresentar como funciona a eleição de auditor e a quem a auditoria interna está subordinada. Considerando o terceiro objetivo específico de apresentar quais as normas, órgãos reguladores e leis de atividades financeiras que o banco segue para a realização da auditoria interna, foram atingidos por meio dos relatórios de auditoria divulgados pelo Banco do Brasil na página da *internet*.

Conclui-se que o procedimento de auditoria interna das instituições financeiras é fundamentado nas recomendações dos acordos de Basiléia, regulador das atividades financeiras mundial, aplicados no Brasil por meio de resoluções, circulares e instruções normativas dos órgãos de auditoria interna.

Por fim, como demonstrado nesta monografia, conclui-se que a auditoria é uma revisão da situação financeira e de registros administrativos de uma entidade, busca visar à credibilidade das informações divulgadas e tem objetivo de detectar possíveis existências de falhas no controle, irregularidade de gestão ou até mesmo

de fraudes. A auditoria interna é destinada a ampliar valor e a melhorar as operações de uma organização, ajudando a atingir seus objetivos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos, avaliação, controle e governança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo** Textos, Exemplos e exercícios Resolvidos. 7. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

ANBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. **Basiléia II no Brasil – 07/03/2013 (atualizada em 30/03/2016)**. 2016. Disponível em http://www.anbima.com.br/informe_legislacao/2013_015.asp. Acesso em: 26 set. 2017.

ANALYTICS, Aquarela Inovação do Brasil SA. **O que são outliers e como tratá-los em uma análise de dados?** 2017. Disponível em: <https://aquare.la/o-que-sao-outliers-e-como-trata-los-em-uma-analise-de-dados/>. Acesso em 27 out 2017.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ – Banco Central do Brasil**. ([201-]). Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/faqBancoCentral.asp. Acesso em: 19 out 2017.

_____. **Recomendações de Basiléia**. [201-]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/fis/supervisao/basileia.asp>. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. **Resolução nº 2.554** de 24 de setembro de 1998. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2554_v3_P.pdf. Acesso em: 19 out 2017.

BANCO DO BRASIL. **Auditoria Interna: Raint** 2016. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Raint.pdf>. Acesso em: 02 de Nov. 2017.

_____. **Relação com Investidores**. [201-]. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page51,136,3696,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=7724> >. Acesso em: 01 set. 2017.

BRASIL. Constituição (2001). Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001. **Presidência da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos**. Brasília, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm. Acesso em: 01 maio 2017.

_____. Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015. **Plano Anual de Auditoria Interna e Relatório de Atividades da Auditoria Interna**. Brasília, Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Lei nº 12.240 de 20 de maio de 2010.

_____. Luanda. . **Glossário de Termos Comuns das ISC da CPLP**: Revisão aprovada na I Assembleia-Geral das ISC da CPLP. 2002. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=cr,ssl&ei=CbDeWN6vKsKEwgTE65aIDw#q=auditoia+interna+de+acordo+com++CPLP>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-geral da União Portal da Transparência**: Governo Federal. Brasília, Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=o>>. Acesso em: 01 maio 2017.

_____. The Institute of Internal Auditors. . **Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna**. 2009. Disponível em: <http://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_2009_port_normas_0809_1252171596.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº 780/95 de 24 de março de 1995**. Aprova a NBC T 12 – Da Execução da Auditoria Interna.

_____. **O Conselho**. [201-]. Disponível em: <<http://cfc.org.br/oconselho/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

CRCSC – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Fiscalização**. 2013. Disponível em: <<http://www.crcsc.org.br/fiscalizacao>>. Acesso em: 23 maio 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: Teoria e Prática. 7. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.

DIÁRIOS ASSOCIADOS (Brasília). Economia. **BB precisa da reestruturação para alcançar índice de Basileia, diz Caffarelli**. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2016/11/21/internas_economia,825430/bb-precisa-da-reestruturacao-para-alcancar-indice-de-basileia-diz-caf.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2017.

DIAS, Sérgio Vidal dos Santos. **Auditoria de Processos Organizacionais**: Teoria, Finalidade, Metodologia de Trabalho e Resultados Esperados. 4. Ed. São Paulo: Atlas S.a., 2015.

ECONOMIA E NEGÓCIOS. **A palavra é**: Commodity. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/05/palavra-do-dia-saiba-o-que-e-commodity.html>. Acesso em 25 set. 2017.

ENCICLOPÉDIA, Barsa. 159ª ed. Rio de Janeiro: Encyclopedia Britannica, 1979. 16 v

FERNANDES, Anibal de Almeida. **História** - Estudo Comparativo Entre 4 Fortunas do Império Brasileiro na Década 1860, Sec. XIX. 2017. Disponível em: http://www.genealogiahistoria.com.br/index_historia.asp?categoria=4&categoria2=4&subcategoria=56. Acesso em: 27 out 2017.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 19. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2014. 1066 p.

G1 ECONOMIA globo.com. **Economia e negócios: A palavra é: commodity**. São Paulo. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/05/palavra-do-dia-saiba-o-que-e-commodity.html>. Acesso em: 18 out 2017.

JUND, Sergio. **Auditoria: Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos: Teoria e Outras questões - Estilo ESAF, UNB e Outros**. Rio de Janeiro: Impetus, 2001. 438 p.

IIA BRASIL. **Quem somos: O IIA Brasil**. Disponível em: <<http://www.iiabrasil.org.br/new/quemsomos.html>>. Acesso em: 23 maio 2017.

InvestEducar. **O que é o Value At Risk (VAR)?**. [201-]. Disponível em: <https://www.investeducar.com.br/o-que-e-o-value-at-risk-var/>. Acesso em: 17 set. 2017.

ISO 31000. **Gestão de Riscos – ISO 31000**. Disponível em: <http://www.iso31000qsp.org/2010/06/como-ficou-definicao-de-risco-na-nova.html>. Acesso em 24 de set. 2017.

MENEGUSSI, Elires Marinho de Melo; IANESKO, José Augusto. **A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA CONTÁBIL NA PREVENÇÃO E COMBATE AOS ERROS E ÀS FRAUDES NAS ORGANIZAÇÕES**. 2007. 13 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduada do Curso de Especialização (pós-graduação Lato Sensu) em Gestão e Auditoria de Negócios, Unicentro, Chopinzinho, 2007. Disponível em: <http://arquivos.suporte.ueg.br/moodlebetinha/moodledata/136/moddata/assignment/249/1210/Auditoria_Contabil.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TI 01 – **De Auditoria Interna**. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Auditoria_Interna.pdf. Acesso em: 18 out 2017.

_____. NBC T11: **Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1103.htm>. Acesso em: 05 nov. 2017.

OLIVEIRA, Gilson Alves de; MARQUES, Marcelo. **Mercado Financeiro: Objetivo e Profissional**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006a.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008b.

PASTORI Sérgio. **Erro & Fraude**. 2003. Disponível em: http://www.peritocontador.com.br/artigos/sergio/erro_e_fraude.pdf. Acesso em 16 out 2017.

PINHEIRO, José Maurício dos Santos. **Da Iniciação Científica ao TCC: Uma abordagem para os Cursos de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2010. 161 p.

PRIBERAM, Dicionário. 2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/>. Acesso em: 27 out 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Interamericana Editores, 2006.

SAUNDERS, Anthony. **Administração de instituições financeiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2007. 663 p.

SOUZA, Maíra Melo de; Vicente, Ernesto Fernandes Rodrigues. **Disclosure das Exigências da Lei Sarbanes Oxley no Brasil: uma Verificação nas Empresas Brasileiras que Negociam ADRs nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/con1539.pdf>. Acesso em: 05 nov 2017.

TRADER NEWS Informações que Influenciam seu Investimento. **Termos & Duvidas: Entenda o que é Hedging**. 2009. Disponível em: <https://tradernews.wordpress.com/2009/12/09/termos-duvidas-entenda-o-que-e-hedging/>. Acesso em: 18 out 2017.

VEJA (Brasil). **Bovespa anuncia novo nome após fusão com Cetip**. 2017. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/economia/bovespa-anuncia-novo-nome-apos-fusao-com-cetip/>. Acesso em: 23 mai. 2017.